

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: O PAPEL DA ESCOLA NO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA

Juscelino Francisco do Nascimento (UFPI)
juscelinosampa@hotmail.com

Introdução

Este trabalho insere-se na linha de pesquisa da sociolinguística, mais precisamente no estudo dos eventos de oralidade e de letramento como práticas sociais da fala e da escrita; e apresenta, *a priori*, algumas considerações de uma pesquisa qualitativa e etnográfica intitulada “A variação linguística em Teresina: uma investigação dos processos interacionais nos eventos de oralidade e de letramento”, ainda em fase de conclusão.

Nosso objetivo fulcral, aqui, é proceder à análise e descrição dos eventos típicos da oralidade e do letramento dos sujeitos da pesquisa, a partir da interação estabelecida ente eles e o pesquisador por meio de observações participantes realizadas em sala de aula, durante as aulas de Língua Portuguesa, em uma turma de Ensino Médio da rede pública estadual da capital piauiense, Teresina; e entender a forma como esses eventos são realizados no contexto social dos alunos. Nesse sentido, investigamos se há correlação entre a oralidade e o letramento dos discentes pesquisados com o contexto em que estão inseridos, assim como o uso efetivo dessas práticas sociais, observando, de igual modo, a preocupação da escola no ensino. Para tanto, nos utilizaremos do que é proposto nos estudos de variação linguística de Labov (2008) e Tarallo (1985); das pesquisas de Bortoni-Ricardo (2005) a respeito da Sociolinguística Educacional e dos estudos de Oralidade e de Letramento postulados, dentre outros, por Soares (1998) e Kleiman (2008).

Com este trabalho, buscamos entender, também, de acordo com Curto, Morillo e Teixidó (2000), a tarefa da escola no que diz respeito ao ensino de Língua Materna, evidenciando que ela preocupa-se em ensinar a linguagem escrita, negligenciando a língua falada, desprestigiando-a e não a levando em consideração nas atividades propostas em sala de aula.

1 Letramento e Alfabetização: Alguns Pressupostos Teóricos

Os estudos acerca do letramento no Brasil estão em uma etapa de grande vigor, apresentando-se, atualmente, como uma das vertentes de pesquisa que melhor solidifica a aderência do interesse teórico e da busca de descrições e explicações sobre determinado fenômeno com a importância social (KLEIMAN, 2008).

A palavra letramento foi traduzida literalmente da palavra inglesa *literacy*. Como se sabe, o termo letramento ainda não está dicionarizado e detém ampla complexidade e variação, o que evidencia a dificuldade do conceito. Na Academia, o verbete foi proposto por Kato (1986) e, de acordo com Soares (1998), ele passou a ser incorporado no nosso vocabulário há pouco mais de duas décadas, a partir da necessidade de se estudar as práticas sociais da leitura e da escrita, principalmente em uma situação real de fala. Para Lopes (2006, p. 39), “a incorporação dessa nova palavra ao vocabulário científico é, certamente, um indicativo de que estão sendo revistas algumas concepções cristalizadas sobre leitura e escrita”.

Durante muito tempo, alfabetização e letramento eram confundidos, tidos como a mesma coisa. Tfouni (2010, p. 11) afirma que “a alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem”. Para a mesma autora, o letramento

Focaliza os aspectos sócio-históricos a aquisição da escrita. Entre outros casos, procura estudar e descrever o que ocorre nas sociedades quando adotam um sistema de escritura de maneira restrita ou generalizada; procura ainda saber quais práticas psicossociais substituem as práticas “letradas” em sociedades ágrafas (TFOUNI, 2010, p. 12).

Tfouni (1988) afirma, ainda, que, em sociedades letradas, o letramento é uma questão complexa e, nas relações entre pensamento e linguagem, não há uma identificação total entre analfabeto e iletrado.

Para Soares (1998), alfabetização é o processo de aquisição do domínio de um código e da capacidade de se fazer uso dele para ler e escrever; o letramento, por seu turno, “é o resultado da ação de ensinar e aprender as **práticas sociais de leitura e escrita**, é o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e suas práticas sociais” (SOARES, 1998, p. 39, grifos nossos). Com o domínio dessa capacidade de, efetivamente, utilizar-se da leitura e da escrita, o indivíduo passa a não mais ser analfabeto.

Ainda consoante Soares

À medida que o analfabetismo vai sendo superado, que um número cada vez maior de pessoas aprende a ler e a escrever, e à medida que, concomitantemente, a sociedade vai se tornando cada vez mais centrada na escrita (cada vez mais grafocêntrica), um novo fenômeno se evidencia: **não basta aprender a ler e a escrever**. As pessoas se alfabetizam, aprendem a ler e a escrever, mas não necessariamente incorporam a **prática de leitura e da escrita**, não necessariamente adquirem competência para usar a leitura e a escrita, para envolver-se para envolver-se com as **práticas sociais** de escrita (SOARES, 1998, p. 45-46, grifos nossos).

Diante dessa afirmação, destacamos que a escola, a mais importante das agências de letramento, não se atenta com o letramento enquanto prática social, mas como o processo de alfabetização, a aquisição de códigos e signos linguísticos (KLEIMAN, 2008). De acordo com Curto, Morillo e Teixidó (2000), a escola ainda se preocupa em transmitir informações a um ouvinte, quando, na verdade, deveria transformar suas ideias. Para eles (2000, p. 69), “escrever e ler são atividades que servem para poder comunicar-se, para expressar idéias, experiências, opiniões, sentimentos, fantasias, realidades (...)”.

Como observamos, os autores enfatizam que a leitura e a escrita devem ser utilizadas em diversas situações do cotidiano, entretanto, na escola, essas práticas são negligenciadas, dando lugar apenas à norma culta da língua, desprestigiando o que os alunos já sabem, não se levando em consideração as informações que eles já levam da sua realidade diária para a escola, tendo em vista que a língua deve ser estudada dentro de um contexto social (LABOV, 2008).

É importante evidenciarmos que as diferenças existentes nas variedades da língua (falada ou escrita) não devem ser vistas, sobretudo na escola, como erro. Nesse sentido, Bagno (2002) afirma que

[...] é interessante estimular nas aulas de língua materna um conhecimento cada vez maior e melhor das variedades sociolinguísticas para que o espaço de sala de aula deixe de ser o local para estudo exclusivo das variedades de maior prestígio social e se transforme num laboratório vivo de pesquisa do idioma em sua multiplicidade de formas e usos (BAGNO, 2002, p. 134).

Para o autor, a escola deve dar lugar às diversas manifestações linguísticas utilizadas pelos alunos, tendo em vista que, nas palavras de Bortoni-Ricardo (2005, p. 15, grifos nossos):

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade.

Marcuschi (2010, p. 21) afirma que o letramento “é um processo de aprendizagem social e histórica da leitura e da escrita em contextos informais e para usos utilitários” e que a alfabetização pode dar-se fora da escola, “mas é sempre um aprendizado mediante ensino, e compreende o domínio ativo e sistemático das habilidades de ler e escrever (p. 21-22)”. Para o mesmo autor, “o letramento envolve as mais diversas práticas da escrita (nas suas variadas formas) na sociedade e pode ir desde uma apropriação mínima da escrita [...] até uma apropriação profunda” (p. 25).

O letramento, nas palavras de Barton e Hamilton (1998, p. 3, tradução nossa)

É primeiramente alguma coisa que as pessoas fazem; é uma atividade localizada no espaço entre o pensamento e o texto. O letramento não reside apenas nas cabeças das pessoas como uma série de habilidades a serem aprendidas e não reside no papel, capturado como textos a serem analisados¹.

Para os mesmos autores, o letramento é, ainda, uma atividade humana e, por essa razão, é essencialmente social e está situado na interação entre as pessoas.

De acordo com Mortatti (2004, p. 98), o letramento

Está diretamente relacionado com a língua escrita e seu lugar, suas funções e seus usos nas sociedades letradas, ou, mais especificamente, grafocêntricas, isto é, sociedades organizadas em torno de um sistema de escrita e em que esta, sobretudo por meio do texto escrito e impresso, assume importância central na vida das pessoas e em suas relações com os outros e com o mundo em que vivem.

De acordo com o que ela nos apresenta, podemos afirmar que se trata de uma sociedade em que se presume a inserção no mundo da cultura escrita, ou seja, uma cultura cujos valores e crenças são transmitidos pela língua escrita e que dá mais valor à leitura e à

¹ Literacy is primarily something people do; it is an activity, located in the space between thought and text. Literacy does not just reside in people's heads as set of skills to be learned, and it does not just reside on paper, captured as texts to be analysed.

escrita de modo mais efetivo que o falar e o ouvir, em oposição às sociedades ágrafas, que fazem uso apenas da modalidade oral da língua e não possui nem é influenciado por um sistema próprio de escrita (MORTATTI, 2004).

Marcuschi (2010) assevera que o *literacy*, abrange todas as práticas da leitura, reflete a influência social da escrita e, enquanto prática social ligada formalmente ao uso da escrita, tornou-se indispensável, elevando-se a um *status* mais alto, mais prestigiado, simbolizando educação, desenvolvimento e poder; apesar disso, considerando-se uma análise histórica, podemos definir o homem como um ser que fala, entretanto, não se pode defini-lo como um ser que escreve. É um processo de aprendizagem histórico-social do ler e do escrever em situações informais e para fins úteis.

A escrita, segundo Marcuschi (2010), não pode ser concebida simplesmente como uma representação da fala, pois ela não é capaz de reproduzir muitos fenômenos da oralidade. Para o autor, ela tornou-se um bem social indispensável para o dia a dia, é mais do que uma simples tecnologia de codificar, sendo, dessa forma, essencial à sobrevivência no mundo moderno, pois é adquirida na escola em situações formais e é supervalorizada como instrumento cultural (MARCUSCHI, 2010).

A escrita, de acordo com Lopes (2006, p. 15)

Penetrou com muito vigor e se estabeleceu como um recurso que permeia uma parte considerável das interações sociais, além de haver adquirido um enorme prestígio por força de fatores de natureza social, histórica e cultural a ponto de não ser considerada apenas como uma simples modalidade de uso da língua, mas como uma espécie de variedade linguística.

Embora tenha surgido tardiamente em relação à fala, a escrita, nas palavras de Marcuschi (2010, p. 19), “permeia hoje quase todas as práticas sociais dos povos em que penetrou” e é usada em diversos contextos sociais da vida no dia a dia, em paralelo com a oralidade, tais como a escola, o trabalho, a família, a vida burocrática, o labor intelectual. Em todos esses contextos, a funcionalidade da escrita é variada, dependendo de cada situação em que ela será utilizada.

Segundo Costa (2009), os estudos da linguagem, até o século XIX, centravam-se na modalidade escrita da língua, mas, com o advento da linguística, atribui-se a primazia do oral sobre o escrito. Lima (1996) assegura que a escrita se trata de uma atividade comunicativa, que apresenta caráter social e cultural e que tem colaborado para o desenvolvimento das mais diversas atividades humanas.

Kato (1986), por sua vez, advoga que a fala e a escrita possuem diferenças de natureza formais e funcionais. Para ela, as diferenças formais são aquelas relacionadas à maneira como a fala e a escrita são produzidas; enquanto as diferenças funcionais são aquelas relacionadas à evolução histórica e às diferenças sociais.

A fim de discutir e tentar explicar essa situação de letramento e oralidade na sala de aula, partiremos da apresentação e discussão dos modelos de letramento propostos por Street (1995), para quem o termo diz respeito não apenas às práticas sociais, mas, também, às concepções de leitura e escrita. O autor propõe a abordagem do letramento em dois modelos: modelos autônomo e ideológico. O primeiro também é conhecido como letramento escolar, é o modelo tradicional de alfabetização que não se vincula a nenhum contexto; o segundo é aquele em que há um novo direcionamento para os estudos do letramento, associando-o às práticas de leitura e escrita presentes no contexto social do falante, ligados à sua vivência diária.

2 Descrição e Análise dos Dados

Esta pesquisa está sendo desenvolvida numa escola da rede pública estadual de Teresina, localizada na zona leste da capital. A instituição dispõe de boa infraestrutura para acolher os alunos, professores, servidores e gestores. Os docentes, inclusive os de língua portuguesa, têm curso superior e, alguns deles, especialização em suas respectivas áreas de atuação.

Como não podemos, pelo menos não por ora, dar conta de analisar e descrever os eventos de fala e de escrita de todos os alunos da escola, escolhemos apenas aqueles do 2º Ano do Ensino Médio, pois “o pesquisador da área da sociolinguística precisa, portanto, participar diretamente da interação” (TARALLO, 1985, p. 20).

Em um estudo recente, Nascimento (2012, p. 3) assim descreve os discentes observados para esta pesquisa:

Os alunos têm na faixa de 15 a 18 anos, são, na maioria, moradores do bairro em que a escola fica localizada ou moram em bairros próximos, são de famílias carentes, de classe baixa. Pelo que investigamos, grande parte deles não tem acesso à internet em domicílio, mas fazem uso constante dessa ferramenta no dia a dia, em *lan houses*, por exemplo; por outro lado, todos têm acesso à televisão e ao rádio e, alguns deles, ao jornal impresso de circulação estadual.

No que diz respeito à habilidade de leitura por parte dos alunos, observamos e constatamos que eles não têm, voluntariamente, digamos, o hábito da leitura, visto que leem, na escola, apenas o que a professora pede que seja lido.

Descreveremos, aqui, parte de uma aula para percebermos a valorização que se dá à escrita durante o processo de ensino-aprendizagem da língua materna na escola mencionada.

Aula 1.

Evento: Aula de Língua Portuguesa

Propósito: Compreender os usos e funções das orações coordenadas aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas e explicativas.

Participantes: Professora da disciplina e os alunos, na faixa etária de 15 a 18 anos de idade.

Forma de mensagem: Verbal e escrita.

Regras de interação: A professora detém o monopólio da língua falada. Os alunos, secundariamente, só devem falar quando forem solicitados pela docente, para possíveis considerações acerca do conteúdo.

A docente adentra a sala de aula, cumprimenta os alunos, faz a chamada nominal de cada um, registrando, no diário, a frequência e, em seguida, começa a explicar, oralmente, o que são orações coordenadas.

Professora: *Gente, hoje nós vamos estudar as orações coordenadas. Elas acontecem quando a gente tem um período composto, ou seja, duas frases. Se eu disser, por exemplo, “Eu comprei uma moto”, é período simples, mas quando eu digo “Eu comprei uma moto, mas ainda não recebi”, é período composto, entenderam?*

Os alunos observam atentamente a explicação e um deles pergunta:

Aluno 1: *Professora, nesse caso a gente olha se tem dois verbos e já sabe se é período composto ou simples, é?*

Professora: *Mais ou menos, meu filho. Continuando aqui... Olhem, as orações coordenadas são aquelas que têm sentido sozinhas, caso sejam separadas. As orações coordenadas podem ser assindéticas, quando não há um conectivo, ou seja, uma conjunção; ou sindéticas, quanto temos a conjunção, entenderam?*

Nesse momento da explicação, a professora não explica bem o que vem a ser um período simples e composto, certamente por se sentir muito à vontade com minha presença na aula. Então, ela começou a escrever uma série de orações no quadro, pedindo, posteriormente, que os alunos dissessem se se tratavam de períodos simples ou compostos e se eram orações sindéticas ou assindéticas.

Aluno 2: *Professora, nessa segunda frase é período composto e eu acho que é sindética, porque tem a conjunção “mas”, né?*

Professora: *Exatamente! Nesse caso, é uma oração coordenada adversativa, pois esse “mas” expressa uma ideia de oposição, ideia contrária. Existem orações adversativas, aditivas, alternativas, conclusivas e explicativas...*

A partir dos exemplos apresentados na lousa, segue-se a uma longa resolução de exercícios, ora feitos no quadro, ora no retirados do livro didático, com vistas à fixação do conteúdo por parte dos alunos. É importante destacarmos que ainda se segue a velha prática de olhar as atividades nos cadernos dos alunos para atribuir pontos qualitativos que somem com as notas das avaliações escritas.

Observamos, na ocasião, que o ensino da língua portuguesa ainda está focado na gramática e que não tem nenhuma relação com o contexto social em que os alunos estão inseridos.

Conclusão

Com os resultados preliminares desse estudo e com base nas leituras da literatura pertinente acerca do assunto aqui abordado, evidenciamos, como uma contribuição relevante, sobretudo ao ensino de Língua Portuguesa, as distinções feitas entre letramento e alfabetização, com foco maior na escrita, postuladas por diferentes autores.

Com as observações feitas em sala de aula, podemos concluir que o ensino da língua materna ainda está muito aquém do que se espera para as salas de aula da segunda década do século XXI. No auge das correntes linguísticas atuais e, principalmente, da sociolinguística, a gramática normativa, prescritiva, ainda é o maior foco no ensino, deixando de lado a identidade dos alunos, a fala, enquanto marca individualizante e a língua, enquanto marca social.

Devemos propor intervenções na sala de aula para que a cultura do “erro” não seja disseminada na escola, abandonando, paulatinamente, o velho discurso, quase sempre autoritário do “certo” e “errado”, evitando, com isso, o preconceito linguístico tão recorrente em diversas esferas da população.

Referências Bibliográficas

BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. **Língua materna**: letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola, 2002.

BARTON, David; HAMILTON, Mary. **Local Literacies: Reading and writing in one community**. London: Routledge, 1998.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?:** Sociolinguística e Educação. São Paulo: Parábola, 2005.

COSTA, Catarina de Sena Sirqueira Mendes da. **Sociolinguística e Texto**: por uma alfabetização culturalmente integrada. In: Anais Abralín 40 anos, VI Congresso Internacional da ABRALIN. ISBN 978-85-7539-446-5. João Pessoa: Idéia, 2009. p. 680-689. CD-ROM

CURTO, Lluís Maruny; MORILLO, Maribel Ministral; TEIXIDÓ, Manuel Miralles. **Escrever e Ler**: Como as crianças aprendem e como o professor pode ensiná-las a escrever e a ler. Porto Alegre: Artmed, 2000.

KATO, Mary A. **No mundo da escrita**: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1986.

KLEIMAN, A. B. (org.). **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

LIMA, Maria da Glória Soares Barbosa. **Os usos cotidianos de escrita e as implicações educacionais**: uma etnografia. Teresina: EDUFPI, 1996.

LOPES, Iveuta de Abreu. **Cenas de letramentos sociais**. Recife: Programa de Pós-graduação em Letras da UFPE, 2006. (Coleção Teses)

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2010.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e letramento**. São Paulo: UNESP, 2004.

NASCIMENTO, Juscelino F. do. **Eventos de oralidade e letramento em uma escola pública**: descrição e análise. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA, 1, 2012, Uberlândia. Anais eletrônicos... Uberlândia: UFU, 2012. Disponível em <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielpt/arquivos/sielpt2012/362.pdf>. Acesso em 20 ago. 2012.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

STREET, Brian V. **Social literacies**: critical approaches to literacy in development, ethnography and education. London and New York: Longman, 1995.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1985.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Adultos não alfabetizados**: o avesso do avesso. Campinas: Pontes, 1988.

_____. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2010.